

A figura de D. João II a partir da narrativa de Garcia de Resende.

Priscila Aquino Silva – Universidade Federal Fluminense.

Um príncipe perfeito, um monarca que tinha tanto amor ao seu povo que o protegia tal qual o pelicano aos seus filhotes, um governante cujas virtudes eram inúmeras, e dentre elas figuravam com destaque a temperança e a justiça. Um soberano que impõe com dureza os direitos da Coroa e que sonha com a unidade ibérica, um rei bondoso, piedoso, forte e potente, que dentre inúmeros feitos, ampliou a navegação rumo à lendária Índia – este é o D. João II que desvelamos ao lançarmos mão à “*Crônica de D. João II*” (1545), do narrador português Garcia de Resende. A ótica narrativa de Garcia de Resende, responsável também pela organização do Cancioneiro Geral (1516), abre um amplo e rico campo de análise para o fazer histórico. Narrar significa descobrir o outro através de uma mudança, de uma transformação de si próprio. Narrar é também utopizar e tornar concreto alguma coisa. Estamos falando da constituição de uma identidade régia preconizada nos inúmeros tratados do final da Idade Média, tema principal desta investigação. A pesquisa está sendo desenvolvida dentro do projeto integrado “Nação e Identidade: práticas e representações. (séculos XII a XVI)” sob a orientação da professora doutora Vânia Leite Fróes no *Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos* da Universidade Federal Fluminense.

Em primeiro lugar, uma questão importante para nossa análise precisa ser abordada que é a que diz respeito ao emaranhamento entre História e Literatura. Procuramos direcionar nossa reflexão para pensar os limites e perspectivas do historiador frente às fontes literárias, como crônicas e poesias. Acreditamos que ao utilizar a literatura como instrumento para estabelecer uma aproximação com outra época, o historiador precisa ter em mente que resgata partes do passado através de um discurso de aproximação de duas épocas. Neste ponto concordamos com Ginzburg: ao se afirmar uma dimensão narrativa à história não estamos pretendendo anular a distinção entre ficção e história, ou entre narração fantástica e narração pretensamente verídica. Ao contrário, a dimensão narrativa amplifica as possibilidades cognitivas por parte do historiador, justamente no momento em que se percebe a superposição entre realidade e ficção, entre verdade e possibilidade. Aliar a erudição com a imaginação histórica, as provas com as possibilidades, tornaria nossa profissão menos pretensamente científica e mais propriamente humana. Nessa perspectiva a Crônica de D. João II do cronista português Garcia de Resende se revela uma importante fonte para desvelarmos o processo de construção da identidade monárquica. Por isso foi importante mergulharmos também um pouco mais naquele que foi o agente da narrativa: Garcia de Resende. Conhecer o autor, o lugar social de onde ele fala, sua trajetória de vida político, social e pessoal é importante para aprimorarmos nossa visão ao chegarmos à fonte. Personagem singular da cultura portuguesa, como nos informa Joaquim Veríssimo Serrão, nele vemos conjugados dois tipos de mentalidades que definem melhor o tempo do qual faz parte: um homem ainda preso aos valores de honra senhorial que formara o espírito de conquista português e porquanto intimamente ligado a um valor de cunho medieval; e ao mesmo tempo um homem “moderno”, que assistia aos primórdios do Renascimento e aos avanços ultramarinos de seu país. Moço de escrivania de seu rei, podemos desvelar sua forte ligação com D. João II por ter crescido na Corte e presenciar os acontecimentos da vida pessoal e cotidiana do monarca. Assim, o que se torna interessante ao lançar mão da *Crônica de D. João*, de Garcia de Resende é perceber que este autor se vincula a um projeto de construção de memória, da retomada do passado que nos direciona para o presente – como afinal o povo português é visto como um povo eleito, que tem uma missão de descoberta e de conquista.

A época que escolhemos para empreender nossa análise compreende o reinado daquele ganhou a alcunha de Príncipe Perfeito: D. João II. O período que D. João governou (1481-1495) foi fortemente marcado por duas características que saltam aos olhos logo num primeiro momento: a centralização do poder, retirando dos senhores feudais as prerrogativas e privilégios que seu pai, D Afonso V, tinha-lhes conferido; e a política de expansão

ultramarina que começa a florescer nas mãos do regente. Assim, navegadores importantes para a expansão, como Diogo Cão e Bartolomeu Dias, e suas efetivas descobertas datam desta época. Ademais, o importante Tratado de Tordesilhas (1494) foi assinado enquanto D. João II governava, e foi de vital importância para impedir uma guerra entre Castela e Portugal conferindo a cada nação uma parte diferente na exploração deste mundo a ser descoberto. A partir deste Tratado vemos que o reinado de D. João II foi marcado pelo desejo de conquista, mas também de paz com países vizinhos, como Castela, principalmente porque no reinado de D. Afonso V, Portugal viveu um conflito intenso pela Coroa de Castela, que só foi resolvido pelo Tratado de Alcáçovas (1479). Deste modo, D. João II tinha uma habilidade política nunca antes vista e ótimo poder de negociação. É importante ressaltar que pretendemos perceber como a imagem do rei foi sendo moldada, edificada pela narrativa de Garcia de Resende e como, na realidade, essa representação corresponde aos anseios, aos desejos de uma nação – que, enfim, está diretamente vinculada à construção da identidade nacional portuguesa através de um projeto de propaganda da imagem régia. Quando Garcia de Resende edifica, em sua narrativa, o ideal de perfeição, prudência e esforço e o associa à figura de D. João II, empreende uma construção simbólica da própria identidade nacional portuguesa, equiparando-a à perfeição irrestrita. O rei sacralizado e até messiânico encarna a ordem absoluta. O efeito prático de tal construção é evidente. Afinal, estamos no momento de efetiva expansão do reino e de ampliação dos espaços nacionais, incentivado e financiado pelo Estado Português. Ou seja, nossa problemática gira em torno de questões como a importância da associação da propaganda régia à expansão ultramarina, como função legitimadora; a construção de um modelo, de um Ideal de rei, sempre perfeito e utopizado que virara tradição na máquina de propaganda régia portuguesa; o estudo da representação mesma da figura central de nossa pesquisa, D. João II, e a relação dessa imagem construída com a trajetória histórico- política do Príncipe Perfeito. A narrativa empreendida por Garcia de Resende se insere, pois, num projeto de construção da imagem e veiculação desta através da palavra, da narrativa. Ora, é através das imagens e representações simbólicas que se pode chegar a um certo conhecimento da psicologia coletiva de determinada sociedade. A propaganda política em vigência, incluindo aí crônicas de Garcia de Resende, tinha então a prerrogativa de exaltar o sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade política e respaldar o sistema político que estava em vigor, além de justificar uma política que estava em constante questionamento pelos senhores feudais ressentidos pela retirada de privilégios. A constante afirmação da bondade de D. João II, de suas inúmeras virtudes, sua imensa sabedoria e justiça, e, principalmente do fato do rei ser extremamente temente a Deus, nos revelam o intrínseco emaranhamento entre as esferas do sagrado e do político na Baixa Idade Média.

Assim, ao lançarmos nosso olhar para a *Crônica de D. João II*, logo se percebe o quanto a figura do rei aparece idealizada e sempre admitida como um exemplo de comportamento – colocado como temperante, profundamente religioso, protetor e defensor de seu povo contra os abusos dos nobres, um rei, sobretudo justo, grandioso e forte. Tanto que era chamado por Isabel, a Católica, de EL HOMBRE. É interessante perceber que até mesmo Isabel de Castela, potencial adversária, estabelecia com esse rei uma relação de admiração – portanto de idealização. O interessante quanto essa questão é que através da leitura empreendida podemos perceber que esse Ideal de rei personificado por D. João II não realizava uma idealização tão fechada que não possibilitasse vislumbrar o lado humano deste rei – que acima de tudo foi um homem. Assim, o fato dele ser temente a Deus e obedecer aos mandamentos da Igreja não impedia que fosse amigo das mulheres antes de casar – conforme nos sugere Garcia de Resende (quando nos fala que o jovem príncipe “não podia negar o que a natureza dá” e saía para “folgar em cousas de amores”¹). Na imagem idealizada consegue-se perceber as ambigüidades do existir humano numa época onde o renascimento dava os primeiros traços de seu contorno.

Além disso, é importante evidenciar um avanço nesta questão quanto à provável influência de D. João II por algumas teorias de mediação do povo. “Essa teoria orientara já as cortes que aclamaram o Mestre de Avis como Rei de

Portugal; ora se nela a Dinastia de Avis tinha assentado as suas bases, esta teoria tornou-se passiva de interpretação pelo Príncipe.”ⁱⁱ Desta forma, a orientação do príncipe era de proteção de seu povo – se reconhece a proveniência divina do poder mas enfatiza-se a necessidade do consentimento do povo. O resultado disso é justamente a vinculação da figura do rei, do Príncipe Perfeito em especial, à imagem do pelicano. Assim, Garcia de Resende afirma que D. João II protegia seu povo tal qual um pelicano aos seus filhotes – imagem, aliás, de uma força singular e carregada de significados subjacentes. Como essa questão é o eixo principal de nosso estudo, foi preciso uma leitura que visasse o aprofundamento teórico nos aspectos referentes à imagem régia. Para tanto, entramos em contato com José Manuel Nieto Soria em seu livro “Fundamentos Ideológicos Del Poder em Castilla” onde pudemos vislumbrar a importância da construção da imagem régia de forma como fundamentação e legitimação do poder. Mas numa época em que o sagrado e o político estavam intrinsecamente vinculados, percebe-se todo um processo de moralização de acordo com os pressupostos cristãos do poder régio. O bom rei tinha como dever o sacrifício do governo pela salvação do reino, e era necessário assentar sua ação sobre os princípios da verdade e da justiça, buscando o bem de muitos. Os súditos, frente a esse monarca escolhido por Deus, deviam fidelidade, reverência, lealdade, temor e obediência. O rei cumpre a função de vigário de Deus na terra, o que denota uma teologização do ofício real. Mais do que isso, o rei, como vigário de Deus deve estar submetido a certos condicionamentos, ao exercício de certas funções e virtudes que imitam o próprio deus. Ele deve ser um exemplo e uma aproximação/ imitação de Deus na Terra – e para isso lança mão de uma série de mecanismos de propagando para convencer o povo de seus atributos: a poesia e as crônicas são bons exemplos desta tática.

O rei deve ser, portanto um juiz, um defensor e um executor da justiça, do mesmo modo que o Deus veterotestamentário era concebido: antes de tudo como um juiz, um árbitro entre as forças. Porquanto, José Manuel Soria enfatiza ainda que era comum que a Monarquia Celestial fosse tomada como modelo político – que o reino terrestre seguiria esse modelo onde Deus/ rei subordinava e era obedecido por seus Arcanjos/ súditos. É importante ressaltar que a principal consequência teórico política desta concepção foi a imposição de uma exigência de unidade para todo o reino que se pautasse nesse arquétipo divino. O monarca simboliza, pois, a unidade modelar projetada pelo Reino Celestial. No caso português é importante aprofundar o olhar para a questão do messianismo régio. O monarca escolhido para realizar um plano positivo para seus súditos, a própria idéia de povo eleito e destinado, que precisa por isso de alguém que o guie, comporta as matrizes desse ideal sacralizador de rei messias. Deste modo o messianismo régio é equiparado ao providencialismo favorece, na realidade uma faceta que contribui para exaltação de um incipiente sentimento nacional. Tendo essas referências do contexto de fundamentação do poder régio na Baixa Idade Média podemos entender melhor a exaltação feita pelo cronista aos valores e virtudes do rei. Os monarcas, ao assumirem uma imagem de reis- cristãos tinham de ostentar uma determinada atitude religiosa, segundo a qual o rei devia ser um exemplo vivo do cristão ideal. Dentro dessa concepção de rei cristão, não se pode esquecer, contudo o ideal de rei guerreiro embutido e vinculado ao primeiro. Todas as características que Garcia de Resende narra de seu rei, são justamente aquelas que todo rei precisa ter para ser um exemplo de virtuosidade: a justiça, a liberalidade, a magnificência, a clemência, a fortaleza, a paciência, a caridade, a benignidade e a piedade. O rei é, portanto, a cabeça do reino que deve atuar como garantia que evite a separação. É justamente aqui que a teoria corporativa dá lugar a uma concepção unitarista e contribui para exaltar o poder real como fundamento da unidade do reino e da proteção dos seus súditos.

Portanto, a imagem do rei como modelo e encarnação do divino na Terra, aparece incrustada na narrativa de seu cronista oficial. Esse traço fica claro ao longo da crônica em afirmações como: “Era magnânimo e tam grandiofo que as cousas que com gofto fazia eram mais perfeytas que todas...”ⁱⁱⁱ ou “E depois de sua morte foy de todos muy chorado, e mais defejado que nunca Rey foy”^{iv} e ainda vemos a exaltação da caridade e da relação com a Igreja: “ e as

efmolas eram tantas que chegavam a Ierufalem, e tudo por ferviço de Deos”^v e ainda “... dezia o Bifpo de Vifeu dom Diogo Ortiz, que foy fou conffeffor, que era pecador e fingular penitente”, e “ foy muy Catholico, e em grnde maneyra amigo de Deos, e temente a elle, e muyto devoto da paixam de noffo Senhor Iefu Chifto, e da sagrada Virgem Maria, noffa Senhora.”^{vi} Ora, por todos esses extratos da crônica percebemos a importância desse Rei grandioso e magnânimo, que era amigo de Deus e que, apesar de pecador, era uma penitente exemplar. Um rei que servia como exemplo de cristão e de virilidade, uma figura de proteção e de encorajamento, um modelo de homem a ser seguido pelo seu povo, um rei apaixonado pelo seu trabalho e dedicado ao seu povo. Essa é a figura que transparece na narrativa de seu fiel cronista, Garcia de Resende, e essa foi a idéia que esse Rei gostaria que ficasse para posteridade, que sobrevivesse a ele e que perdurasse pela História, para que chegasse até nós - que a lemos com os olhos críticos de quem sabe que por trás daquilo que é dito existe toda uma grande e complexa rede de relações e interesses que cabe a nós desvelar.

Fonte:

- 1) RESENDE, Garcia de. Crônica de D. João II e Miscelânea. Introdução por: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Edição da IMPRENSA NACIONAL DA MOEDA. Lisboa, 1973.

Bibliografia:

- 2) SARAIVA, Antônio José e LOPES, Oscar. História da Literatura Portuguesa. Porto: Porto Editora.
- 3) MARQUES, A. H. Oliveira de. História de Portugal. Desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. Volume II. Palas Editores.Lisboa, 1985.
- 4) COELHO, Prado Jacinto do (direção) Dicionário de Literatura Galego- Portuguesa. Biblioteca luso- brasileira, Ltda.
- 5) SERRÃO, Joel. Pequeno Dicionário de Portugal. Figueirinhas – Porto, 1993.
- 6) MARQUES, A. H. Oliveira de. Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Lisboa, 1987.
- 7) GINZBURG, Carlo, CASTELNUOVO, Enrico e PONI, Carlo. Capítulo VI *in*. A Micro- História e outros ensaios.
- 8) MENDONÇA, Manuela. D. João II – Um percurso humano e político da modernidade em Portugal. Imprensa Universitária. Editorial Estampa, Ltda. Lisboa, 1991.
- 9) SORIA, Nieto Manuel José. Fundamentos ideológicos del poder Real em Castilla (siglos XIII-XVI) Eudema. S. A. Madrid, 1988.

- 10) Livro de Horas de D. Manuel.Lisboa. Imprensa Nacional.Casa da Moeda . Edição *fac simulada*, com Estudo Introdutório de Dagoberto Markl.1983

ⁱGarcia de Resende, Crônica de D. João II, pg 6.

ⁱⁱ MENDONÇA, Manuela. D. João II – Um percurso humano e político da modernidade em Portugal. Imprensa Universitária. Editorial Estampa, Ltda. Lisboa, 1991, pg 77/ 78.

ⁱⁱⁱ Garcia de Resende, Crônica de D. João II, pg XVII

^{iv} IDEM

^v IBIDEM, pg XIX

^{vi} IBIDEM pg XXII